

SUBVERSIVOS AO REGIME OU TESTEMUNHAS DO REINO? OS BISPOS CATÓLICOS E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Tocantins, Brasil

MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar e problematizar a perseguição aos bispos católicos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985. De cunho qualitativo, é um trabalho de pesquisa bibliográfica a partir de escritos e produções de pesquisadores que se debruçaram sobre significativa variedade de fontes históricas. Busca-se uma melhor compreensão das dinâmicas complexas entre a Igreja e o Estado durante a ditadura militar, destacando o papel crucial dos bispos católicos, tidos pelo regime ditatorial como subversivos, mas pela ala progressista da Igreja e da sociedade, como agentes de resistência, defesa dos direitos humanos e testemunhas de um reino de justiça e de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; Estado Brasileiro; Bispos; Ditadura Militar.

INTRODUÇÃO

A relação entre a Igreja Católica e a ditadura militar brasileira (1964-1985) é um campo de estudo complexo e fascinante que revela as interações entre poder político e instituições religiosas durante um período de intensa repressão política no Brasil. Nesse contexto, um aspecto particularmente intrigante é a perseguição direcionada a bispos católicos que se posicionaram contra o regime autoritário. Este artigo tem como objetivo analisar e problematizar a perseguição aos bispos católicos pela ditadura militar. No entanto, sabe-se que:

A importância da Igreja Católica na história político-cultural do Brasil, que se estende desde a chegada dos colonizados ao seu território, certamente não pode ser subestimada no período do regime militar, seu reconhecimento beira ao consenso, destacando-se seu papel de “porta-voz dos sem voz” e de defensora dos direitos humanos (Santos, 2018, p. 207).

Dessa forma, a perseguição a bispos católicos durante a ditadura militar levanta questões fundamentais sobre as relações entre Estado e religião, liberdade de expressão e direitos humanos. Ao longo dos anos da ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, diversos desses bispos, alinhados à ala mais progressista do catolicismo, foram alvo de intimidação, prisão e tortura em razão de suas posturas em defesa dos direitos humanos e oposição à violência estatal. Esses eventos destacam a importância da religião como uma força política e social que desafiou o regime autoritário, ao mesmo tempo em que revelam as estratégias repressivas empregadas pelo Estado para silenciar a oposição.

Este texto, de cunho qualitativo, é um trabalho de pesquisa bibliográfica a partir de escritos e produções de pesquisadores que se debruçaram sobre significativa variedade de fontes históricas - relatos documentais, entrevistas, periódicos de época etc. Busca-se aqui, por meio de uma análise ancorada nos pressupostos da História Cultural, uma melhor compreensão das dinâmicas complexas entre a Igreja e o Estado durante a ditadura militar, com foco na atuação dos bispos católicos.

Este artigo visa contribuir para o entendimento das tensões políticas e religiosas durante o regime militar brasileiro, destacando o papel crucial dos bispos católicos como agentes de resistência, defesa dos direitos humanos e testemunhas de um reino de justiça e de paz, a partir da Doutrina Social da Igreja Católica, que segundo Bobbio (1996, p. 382), é um “enunciado dos princípios da sociologia cristã, tendentes a fundar uma ordem social baseada na renovação dos espíritos e na subordinação da economia à moral cristã”. Busca-se inferir como esses eventos moldaram as relações entre Igreja e Estado no Brasil contemporâneo, e influenciaram a percepção pública da Igreja Católica e seu engajamento social e político.

Ao explorar a perseguição dos bispos católicos pela ditadura militar, este artigo busca não apenas elucidar um aspecto pouco conhecido da história brasileira, mas também contribuir para debates mais amplos sobre o papel das instituições religiosas na resistência política e na defesa dos direitos humanos em contextos autoritários.

RELAÇÕES ENTRE ESTADO E IGREJA

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), as relações entre a hierarquia católica e o Estado foram marcadas por uma dinâmica complexa de cooperação e conflito, influenciada por fatores políticos, ideológicos e sociais. Inicialmente, a Igreja Católica, historicamente influente na sociedade brasileira, manteve uma postura ambígua em relação ao regime militar. Uma parte significativa da hierarquia eclesial, especialmente dos setores conservadores, via na intervenção militar uma resposta legítima à crescente instabilidade política e ao avanço do comunismo. Essa visão foi expressa pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, em 1964, ao declarar apoio ao golpe sob o argumento de defesa da ordem e da segurança (Salem, 1981).

Em 1964, enquanto a maioria do episcopado defendia o golpe de Estado, iniciavam-se perseguições políticas, inclusive entre padres e outros religiosos, forçando gradativamente a hierarquia a assumir a defesa desses setores. Se a ala conservadora se encarregava de aproximar a Igreja do Estado, os setores progressistas participavam de passeatas e manifestações em oposição ao regime, num “processo educativo em que as bases educam seus dirigentes (Doimo, 1984, p. 34).

No entanto, ao longo dos anos, surgiram tensões entre a Igreja e o regime militar, especialmente devido à crescente repressão política e violações dos direitos humanos. O papel da Igreja Católica na defesa dos direitos humanos e na proteção de

indivíduos perseguidos pelo regime levou a confrontos diretos com as autoridades militares. O exemplo emblemático desse embate foi a atuação de bispos como Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, que se destacaram na denúncia das violações cometidas pelos órgãos de segurança do Estado.

Essa postura crítica da hierarquia católica em relação ao regime militar refletiu uma divisão interna na Igreja entre setores progressistas e conservadores. Enquanto alguns bispos defendiam uma posição de colaboração e moderação, outros adotavam uma postura mais contestatória e engajada na defesa dos direitos humanos. Essa divisão foi evidenciada em documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que passou a denunciar abertamente as violações de direitos e a defender a busca pela justiça social (Cancian, 2011).

Em junho de 1968, houve uma grande manifestação contra ditadura, conhecida como Passeata dos Cem mil, de iniciativa do movimento estudantil e que contou com a participação de artistas, intelectuais e muitos padres e freiras que já haviam se posicionado contra o regime autoritário. A partir desse ano, uma tensão se instalou entre a Igreja Católica e o Estado, tensão esta que nenhuma das instituições gostaria de enfrentar. Os anos do governo dos generais Médici e Geisel marcarão o período mais agudo desta tensão, como veremos a seguir. As relações entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, contudo, não foram totalmente rompidas em nenhum momento (Kopanyshyn, 2016, p. 41).

A partir da década de 1970, a relação entre a hierarquia católica e o Estado se tornou mais tensa, à medida que o regime militar intensificava suas práticas repressivas. A Igreja, através de seus bispos e agentes pastorais, passou a desempenhar um papel cada vez mais ativo na defesa dos perseguidos políticos e na denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime. Essa atuação ampliou a influência política e moral da Igreja, desafiando diretamente a legitimidade do governo militar.

Essa complexa relação entre a hierarquia católica e o Estado durante a ditadura militar no Brasil demonstra a capacidade da Igreja de se posicionar como uma força crítica e resistente em meio a contextos autoritários. As divergências internas na instituição eclesial revelaram não apenas diferenças ideológicas, mas também o papel fundamental da Igreja na defesa dos direitos humanos e na luta pela justiça social, contribuindo para um processo de redemocratização e transformação social no Brasil (Kopanyshyn, 2015; Aquino, 2020; Siqueira; Quadros; Purificação, 2022).

A análise das posições da Igreja em relação aos direitos humanos e à justiça social durante a ditadura militar brasileira revela um movimento significativo em direção a uma postura mais engajada e crítica em relação às violações de direitos cometidas pelo regime. A Igreja Católica, representada por setores progressistas da hierarquia eclesial e por agentes pastorais atuantes na base, desempenhou um papel fundamental na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social, desafiando assim a lógica autoritária do Estado.

Um exemplo marcante dessa atuação foi a elaboração e divulgação, em 1972, do documento "Brasil: Nunca Mais", organizado pelo Conselho Mundial de Igrejas em parceria com a Arquidiocese de São Paulo. Esse relatório detalhava as práticas de tortura e violações de direitos humanos cometidas pelos órgãos de segurança do Estado,

contribuindo significativamente para a denúncia internacional e para a conscientização da sociedade brasileira sobre a gravidade da situação (Zwetsch, 2014).

A defesa dos direitos humanos pela Igreja também se manifestou na criação de organismos como a Comissão de Justiça e Paz, vinculada à CNBB¹, que tinha como objetivo monitorar e denunciar abusos contra os direitos civis e políticos. Essas iniciativas refletiram um esforço sistemático da Igreja em se posicionar como uma voz de resistência contra a opressão e a violência estatal, defendendo a dignidade humana e a primazia dos valores éticos e morais.

É importante destacar que a defesa dos direitos humanos pela Igreja não se limitou apenas a questões políticas, todavia, abrangeu também a preocupação com as condições de vida das populações marginalizadas e empobrecidas. A Campanha da Fraternidade, lançada pela CNBB em 1964, trouxe temas como reforma agrária, justiça social e direitos dos trabalhadores para o centro do debate público, demonstrando o compromisso da Igreja com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Nunes, 2021).

No entanto, é importante reconhecer que a atuação da Igreja em defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar não foi homogênea. Enquanto alguns setores da hierarquia católica se destacaram pela sua coragem e compromisso com os princípios democráticos, outros mantiveram uma postura mais conservadora e cautelosa, preocupados em preservar a estabilidade institucional da Igreja.

PERSEGUIÇÕES E CONFLITOS: OS BISPOS CATÓLICOS E A DITADURA MILITAR

Detalhar os casos específicos de bispos católicos que foram alvo da repressão durante a ditadura militar no Brasil é fundamental para compreender a extensão da perseguição política enfrentada pela hierarquia eclesiástica. Um exemplo emblemático é o caso do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, conhecido por sua defesa dos direitos humanos e sua postura crítica em relação ao regime militar. Dom Hélder foi constantemente vigiado pelos órgãos de segurança do Estado, e sua residência episcopal chegou a ser invadida e revistada. Ele foi alvo de campanhas difamatórias e acusações de subversão por parte das autoridades militares devido ao seu ativismo em favor dos marginalizados e oprimidos (Freire, 2020). Dom Hélder foi alvo de vigilância constante, sendo sua casa, a casa do bispo, invadida e revistada diversas vezes (Condini, 2004). Sua coragem diante das ameaças é evidenciada por suas próprias palavras:

É claro que havia medo, porque, afirmo do fundo do coração, nenhum de nós pode dizer como vai reagir diante da tortura. Por isso tínhamos de nos encorajar, dizendo: a nossa força não é essa miséria de fraqueza humana. Nossa força é a Sua força, Espírito de Deus. O Espírito falará aos inocentes (Castro, 2002, p. 154).

Um dos momentos aterrorizantes vividos pela resistência da ala progressista da Igreja Católica no Brasil contra o regime militar, instalado pelo golpe de 1964, foi o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, em 27 de março de 1969. Antônio Henrique Pereira da Silva era auxiliar de Dom Helder Câmara na Arquidiocese

de Olinda e Recife. Seu trabalho era, principalmente, junto às comunidades pobres, no sentido de inculcar-lhes consciência política. Naquela manhã, o corpo do religioso foi descoberto na Cidade Universitária, na capital pernambucana. O cadáver exibia sinais claros de espancamento e tortura, com o rosto desfigurado, uma corda ao redor do pescoço e ferimentos de tiros na cabeça, além de um profundo corte que indicava ter sido uma facada. O sequestro, a tortura e o assassinato de Pe. Henrique foram recados diretos a Dom Hélder, homem combativo que se tornou um símbolo contra a ditadura militar (Cunha, 2007). Dom Helder Câmara foi reconhecido como um inimigo poderoso da ditadura militar brasileira por denunciar o autoritarismo e a tortura internacionalmente (Gomes, 2014).

Outro caso é o do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que se destacou na denúncia das violações dos direitos humanos cometidas pelo regime militar. Dom Paulo liderou iniciativas como o "Projeto Brasil: Nunca Mais", que expôs as práticas de tortura e perseguição política. Em resposta a suas denúncias, ele foi alvo de difamação e ameaças por parte das autoridades militares, que tentaram desacreditar seu trabalho e minar sua autoridade moral.

Nós hoje estamos pagando as prestações da ditadura. A ditadura produziu miséria, fome. Defendemos que uma sociedade democrática é aquela que tem por princípios liberdade, igualdade, solidariedade, participação e diversidade [...] Dom Paulo Evaristo Arns foi uma das vozes mais importantes da resistência durante a ditadura. Ele se destacou na denúncia das torturas e perseguições, mostrando coragem e firmeza em tempos sombrios (Borges, 2023, s.p.).

Além disso, o bispo de Barra do Piraí-Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, foi preso e torturado em 1970, sob acusações de subversão. Sua detenção exemplifica a violência indiscriminada empregada pelo regime contra figuras eclesiais que se opunham à repressão política. O caso de Dom Waldyr também evidencia a vulnerabilidade dos líderes religiosos diante da brutalidade do Estado (Souza, 2016).

Outro episódio foi o ocorrido com o bispo de Goiás, Dom Tomás Balduino, que enfrentou perseguições e ameaças devido à sua defesa dos direitos dos povos indígenas e camponeses. Dom Tomás foi detido em diversas ocasiões e sofria constante vigilância por parte dos órgãos de segurança do Estado, que viam suas atividades como subversivas (Pereira, 2013). O bispo de Goiás, em suas detenções arbitrárias, recebeu interrogatórios violentos. Sua coragem em enfrentar as adversidades é destacada por seus contemporâneos, quando afirmam que ele foi incansável na defesa dos mais vulneráveis, que foi enviado por Deus para incomodar, que sua voz ecoava em meio à opressão e inspirava esperança e solidariedade e prezou por uma catequese a serviço da vida que passa pela questão da terra, da cultura e da participação política (Suess, 2014).

Esses casos ilustram a amplitude da perseguição sofrida por bispos católicos progressistas que se posicionaram contra o regime militar no Brasil. Suas experiências revelam a coragem e o compromisso desses líderes religiosos em defender os princípios da justiça social e dos direitos humanos, mesmo sob ameaça e coerção. A história desses bispos ressalta a importância da resistência e da solidariedade no enfrentamento de

regimes autoritários, bem como a necessidade contínua de proteção das liberdades individuais e dos direitos fundamentais em contextos de opressão política.

De fato, a perseguição da ditadura militar brasileira a bispos e líderes católicos, bem como a líderes de outras confessionalidades, que enfrentaram ameaças, prisão e tortura, é um capítulo triste da história do Brasil que revela a intensidade da repressão política durante esse período.

Outro caso emblemático é o de Dom Pedro Casaldáliga, bispo em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, que enfrentou perseguições e ameaças por sua atuação em defesa dos povos indígenas e camponeses. Incomodou os empresários e fazendeiros, o que lhe rendeu inúmeras ameaças de expulsão do país, por parte do governo militar, e de morte pelos poderosos da localidade (Gomes, 2014). Sua casa foi alvo de invasões e ele próprio recebeu ameaças de morte (Migotto, 2016). Dom Pedro, em seus pensamentos e ensinamentos, sempre se colocou ao lado do mais pobres e perseguidos. Certa vez, colhendo arroz com os posseiros de sua Diocese, refletiu sobre os desafios enfrentados: "Me chamarão subversivo. E lhes direi: eu o sou. Por meu Povo em luta, vivo. Com meu Povo em marcha, vou" (Casaldáliga, 1978, p. 179).

Esses exemplos ilustram o posicionamento repleto de coragem e determinação dos bispos católicos que se opuseram à repressão durante a ditadura militar brasileira. Suas experiências demonstram a importância da resistência pacífica diante da injustiça e da violência estatal, bem como a necessidade contínua de proteção aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Faz-se necessário refletir sobre esses episódios nublados da história do Brasil para compreendermos os desafios vivenciados por aqueles que, em nome do bem comum e da dignidade do ser humano, se posicionaram dos lugares que ocupavam na prestação de serviços à comunidade/sociedade.

O caso do bispo católico Adriano Hipólito, perseguido pela ditadura militar brasileira, oferece um exemplo revelador das tensões entre a Igreja e o Estado nesse período. Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, destacou-se por sua postura crítica em relação às truculências do regime autoritário e sua defesa dos direitos humanos. Seu engajamento em favor dos perseguidos políticos e sua denúncia das práticas de violência estatal chamaram a atenção das autoridades militares, que passaram a monitorá-lo de perto (Gomes, 2012).

Dom Adriano Hipólito foi alvo de vigilância constante por parte dos órgãos de segurança, que buscavam reprimir suas atividades pastorais e suas manifestações políticas. Sua atuação em favor do respeito ao próximo e sua solidariedade junto aos perseguidos políticos representavam uma ameaça ao regime militar, que via na Igreja um potencial foco de resistência e contestação (Gomes, 2012).

As tensões entre o bispo Hipólito e as autoridades militares culminaram em episódios de intimidação e ameaças. Sua residência e escritório foram alvo de invasões e revistas, e ele próprio foi submetido a interrogatórios e pressões para silenciar suas críticas ao regime.

Em 22 de setembro de 1976 aconteceu o sequestro de dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, que denunciava a violação de direitos humanos pela ditadura militar, foi sequestrado, sequestrado e deixado em Jacarepaguá, no Rio de

Janeiro. Seu veículo, um fusca, foi incinerado diante da sede nacional da CNBB, no bairro da Glória (Aquino, 2020, p. 9).

Os episódios ocorridos com Adriano Hipólito ilustram a resistência corajosa da hierarquia católica diante da repressão política, evidenciando a complexa relação entre a Igreja e o Estado durante a ditadura militar. A perseguição sofrida por Adriano Hipólito revela também a importância da solidariedade e do apoio mútuo entre líderes religiosos e movimentos sociais em prol dos direitos humanos e da justiça. Sua atuação inspirou outros membros do clero e ativistas a se engajarem na defesa das vítimas do regime autoritário, o que ampliou a resistência contra as atrocidades impostas.

Em última análise, o caso de Adriano Hipólito ressalta a necessidade contínua de proteção das liberdades individuais e dos direitos fundamentais em contextos de opressão política. Sua coragem e sua determinação em defender os valores éticos e morais da Igreja Católica deixam um legado inspirador para as gerações futuras, lembrando-nos da importância da vigilância e da resistência frente a ameaças à democracia e aos direitos humanos.

A atuação política desses bispos refletia uma preocupação ética e pastoral com as condições de vida das populações marginalizadas e exploradas. Suas intervenções públicas e suas cartas pastorais enfatizavam a necessidade de transformações sociais e econômicas para promover a justiça e a dignidade humana. Eles se posicionaram como voz profética em meio ao silenciamento e à repressão do período ditatorial.

Segundo o historiador René Dreifuss (1981), os bispos católicos desempenharam um papel importante na resistência democrática durante a ditadura militar. Para Dreifuss, os bispos católicos foram fundamentais na articulação da sociedade civil e na denúncia das violações de direitos humanos, contribuindo assim para a luta pela redemocratização do Brasil (Dreifuss, 1981).

Vale salientar, também, a participação de outras confessionalidades cristãs e não cristãs nos movimentos que fizeram oposição ao regime como os bispos católicos progressistas. Conforme Almeida (2014, p. 6), os protestantes metodistas se posicionaram durante o período realizando “[...] a denúncia das injustiças sociais e a defesa da democracia, vozes recorrentes dos metodistas no jornal Expositor Cristão, indicam os posicionamentos desses evangélicos quanto à ditadura instalada”. O culto ecumênico em memória de Wladimir Herzog, realizado na Catedral da Sé no dia 31 de outubro de 1975, teve a presença do pastor Jaime Wright, presidente da Missão Presbiteriana do Brasil, além do Rabino Henry Sobel, dirigente da Congregação Israelita Paulista e dos bispos Dom Evaristo Arns e Dom Hélder Câmara (Brito, 2010).

A atuação política dos bispos católicos brasileiros durante a ditadura militar contribuiu para ampliar os horizontes da militância pelos direitos humanos e pela justiça social. Seus exemplos inspiraram gerações futuras de líderes religiosos e ativistas a se engajarem na defesa dos mais vulneráveis e na promoção de uma sociedade mais justa e solidária. A memória desses bispos continua viva como um testemunho da coragem e da esperança em tempos de adversidade política e social.

Dom Afonso Niehues foi uma figura proeminente na defesa dos direitos humanos e na criação de uma rede de proteção aos perseguidos pela ditadura militar no estado de Santa Catarina. Como arcebispo de Florianópolis de 1965 a 1991, Dom Afonso desempenhou um papel crucial ao acolher e apoiar aqueles que eram perseguidos pelo regime autoritário. Sua atuação demonstrou um compromisso firme com os princípios

éticos e morais da Igreja Católica, especialmente em tempos de repressão política (Bianchezzi, 2012).

A rede de proteção criada por Dom Afonso Niehues envolveu diversos agentes pastorais, religiosos, advogados, e membros da sociedade civil comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Essa rede proporcionou refúgio e assistência a perseguidos políticos, incluindo estudantes, sindicalistas, ativistas e membros de movimentos sociais que buscavam abrigo e apoio diante da violência estatal.

Dom Afonso enfrentou pressões e ameaças das autoridades locais devido à sua postura solidária com os perseguidos pela ditadura. Ele utilizou sua posição como líder religioso para denunciar publicamente as violações de direitos humanos e defender a liberdade e a dignidade de todos os cidadãos.

A atuação de Dom Afonso Niehues foi parte de um movimento mais amplo de resistência e solidariedade que se espalhou por todo o país durante a ditadura militar. Sua Igreja Arquidiocesana de Florianópolis tornou-se um ponto de apoio e esperança para aqueles que enfrentavam a perseguição política e a violência do regime autoritário.

Outra figura a destacar foi a do bispo de Santo André, no ABC paulista, Dom Jorge Marcos de Oliveira. Entre os anos de 1954 e 1975 ele foi exemplo marcante da perseguição enfrentada por líderes religiosos que se opuseram ao regime autoritário. Dom Jorge Marcos destacou-se por sua postura corajosa na defesa dos direitos humanos e na denúncia das violações cometidas pelas forças de segurança. Atuou entre o púlpito, as ruas e as lutas. Enfrentou vigilância constante e pressões por parte das autoridades militares devido às suas posições críticas em relação às atrocidades do regime. Sua participação ativa em movimentos sociais e sua solidariedade com os perseguidos políticos tornaram-no alvo de intimidações e ameaças (Bianchezzi, 2012).

O bispo de Santo André apoiou "(...) os movimentos operário e estudantil. Em algumas paróquias da diocese, padres e leigos, comprometidos com as organizações sociais são acusados de subversão e perseguidos. Em 1970, a prisão do Pe. Emílio Rubens Chasseraux explicita a perseguição que sofre a Igreja Católica no ABC" (Sobrinho, 2023, p. 67). Nessa situação, Dom Jorge Marcos escreveu:

Diante desse fato, queremos levar ao conhecimento do clero e fiéis de nossa diocese o nosso protesto: contra a prisão de um de nossos sacerdotes, sem a mínima comunicação e consideração para com a autoridade eclesial da diocese; contra a prisão em seu domicílio, tendo sua casa e sacristia invadidas e vasculhadas; e porque, para prendê-lo, não foi apresentada nenhuma prova de culpa, mas apenas o pretexto de interrogatórios. Lamentamos que nem ao menos se torna respeitado o que universalmente é aceito na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Para que não se repitam esses lamentáveis acontecimentos é que os levamos ao conhecimento dos fiéis e tomamos essa atitude de protesto. Rezemos todos para que haja uma sociedade onde reine a justiça, a paz e o amor (Oliveira, 1970, p. 2).

A história e as ações de Dom Jorge Marcos e de outros bispos católicos durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) revela a importância da resistência e da

solidariedade em tempos de opressão política. Elas testemunham a capacidade de determinados setores da Igreja Católica, como da ala progressista de bispos, de se posicionar em defesa da dignidade humana e dos valores democráticos, mesmo diante das adversidades impostas pelo regime militar brasileiro.

O impacto das ações do regime militar brasileiro na liberdade religiosa e na atuação da Igreja Católica foi significativo e deixou marcas profundas na sociedade. Durante o período ditatorial, o Estado impôs diversas restrições à liberdade religiosa, visando controlar e monitorar as atividades das instituições, especialmente aquelas que se posicionavam contra as políticas autoritárias. Essas ações afetaram diretamente a Igreja Católica e outras Igrejas Cristãs² no exercício da missão pastoral e social em meio a seus membros.

A censura e a vigilância estatal sobre as atividades da Igreja resultaram em um ambiente de intimidação e repressão, forçando muitos líderes religiosos a limitar sua atuação pública. Em muitos casos, a ditadura militar impôs um clima de silenciamento e autocensura que afetou as instituições religiosas e seus meios de comunicação. “Os jornais e revistas foram censurados, rádios e televisões amordaçadas. A Rádio 9 de Julho (1953), emissora da Arquidiocese de São Paulo, foi lacrada pelo governo Médici, sendo reinaugurada vinte e seis anos depois” (De Souza, 2016, p. 389).

O semanário da Arquidiocese de São Paulo, O São Paulo, fundado em 1956, teve durante a ditadura militar “mais de 80 artigos censurados na íntegra e parte de artigos aprovados com cortes pelo governo. As colunas onde seriam publicados os artigos apareciam em branco, como acontecia com os outros jornais” (De Souza, 2016, p. 379).

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, a Igreja Católica manteve sua presença e sua atuação em defesa dos direitos humanos e da justiça social. Muitos líderes religiosos resistiram às pressões do regime e continuaram a denunciar as injustiças e violações cometidas contra a população. A resistência da Igreja Católica contra a ditadura se intensificou, com a criação de organismos como a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em outubro de 1968, que denunciava publicamente as arbitrariedades cometidas pelo Estado. Esse organismo da CNBB seguiu o molde da Comissão Pontifícia Justiça e Paz (CJP) instalada pelo Papa Paulo VI em Roma, dessa forma, ela se “protegia da repressão militar para poder defender os direitos violentados pelo regime” (CBJP, 2011).

Na visão de Della Cava (1986, p. 17), a criação da CJP nasceu no Brasil num momento que “na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica, já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar”. Para ele, o trabalho da CJP no Brasil ganhou visibilidade internacional, o que incentivou o Papa Paulo VI a condenar a tortura.

Elementos de alta periculosidade, detentores de antecedentes desabonadores e sujeitos que tentavam doutrinar o povo com “ideologias alienígenas”, esses eram os termos utilizados por parte dos membros do aparato repressivo e de informações da ditadura militar contra sacerdotes e bispos que se posicionaram contra o regime autoritário que tomou o poder há 60 anos. De maneira especial, em Goiânia, alguns personagens eclesiais foram rotulados pelo regime, seus nomes constavam nos relatórios do Serviço Nacional de Inteligência, conforme disponibilizados no Arquivo Nacional, em Brasília.

Dentre eles, monsenhor José Pereira de Maria, membro do clero arquidiocesano de Goiânia, “popularmente conhecido por padre Pereira, vigário, considerado elemento de alta periculosidade política contra a segurança nacional”, conforme relatório do Ministério do Exército de 11 de dezembro de 1970 (Os inimigos da Batina, 2014, s.p.).

Padre Pereira, que foi reitor da Universidade Católica de Goiás e faleceu em março de 2013, foi reconhecido pelos militares por sua postura “antirrevolucionária”, um termo usado pelos defensores do golpe militar para caracterizá-lo. As autoridades destacavam que o monsenhor defendia opiniões alinhadas à extrema esquerda e apoiava a luta pela reforma agrária através de meios mais radicais, como a tomada violenta de terras pelos camponeses. O Serviço Nacional de Informações (SNI) atribuiu ao padre Pereira uma participação significativa nos meios sindicais antes do golpe, e afirmou que ele contribuiu como um dos redatores do estatuto da Ação Popular (AP).

A Ação Popular foi um movimento político clandestino que simbolizou a radicalização das organizações da juventude católica em oposição à ditadura militar. Entre seus membros estavam personalidades que se tornariam políticos influentes em Goiás, como o ex-deputado Aldo Arantes e o ex-prefeito de Goiânia, Pedro Wilson. Padre Pereira foi identificado pelo regime militar como próximo a Dom Hélder Câmara, uma das principais vozes de protesto contra a ditadura e um candidato considerado ao Prêmio Nobel da Paz por sua corajosa defesa da liberdade política. Além disso, ele era visto como um incentivador das manifestações conduzidas por Dom Fernando Gomes dos Santos, então arcebispo da capital.

De fato, o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, como todos os membros da elite eclesiástica brasileira, foi a favor da Revolução de 1964: “como a maioria dos bispos brasileiros, saudou a “Revolução de 1964” como o instrumento da ordem, contra o ateísmo, a subversão, a corrupção e a baderna” (Duarte, 1996, p. 33). A partir de 1968, com os acontecimentos brutais que ocorrem pelo Brasil e em Goiânia, como “os acontecimentos do dia 1º e 2 de abril de 1968 e que culminou com “a invasão da Catedral” (Duarte, 1996, p. 51), Dom Fernando tomou outra postura. A partir de então, sua voz ecoou em Goiás contra o regime, juntamente com as vozes de D. Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e do vigário geral de Goiânia, monsenhor José Pereira de Maria. Para o Serviço Nacional de Informação, Dom Fernando caracterizou-se por “permanente atuação contra-revolucionária” (Os inimigos da Batina, 2014, s.p.).

D. Tomás Balduino lembra que o colega Fernando costumava desafiar os agentes infiltrados nas celebrações e outras atividades desenvolvidas pela Igreja. Era comum a presença de pessoas estranhas à vida da comunidade religiosa portando gravadores. “Ele iniciava a fala dizendo: ‘Olha, o que vou falar vai ser primeiro para os que estão gravando’. Era a maneira dele desafiar o regime”, recorda d. Tomás (Os inimigos de Batina, 2014, s.p.).

No antigo norte de Goiás, atual do estado do Tocantins, o bispo de Porto Nacional entre 1936 e 1976, Dom Alano Maria du Noday teve uma atuação firme durante os anos de chumbo da ditadura militar brasileira. De origem francesa, com formação e atuação no exército francês – esteve na Primeira Guerra Mundial como tenente da

BRESSANIN, C. E. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de.

Cavalaria Francesa e esteve, em 1919, no comando de uma expedição militar com a incumbência de debelar uma insurreição nativista no Marrocos, então colônia francesa – Dom Alano foi condecorado pelo Exército e pelo governo brasileiro em razão de sua atuação pastoral e missionária como bispo do Tocantins. Como os demais bispos brasileiros foi solícito e incentivador do Golpe de 1964, como uma maneira de colocar fim à perigosa ideologia comunista que assombrava a nação brasileira.

No entanto, seguindo o caminho de seus irmãos no episcopado, opôs-se às barbáries autoritárias que a partir do Ato Institucional nº 5 espalharam-se pelo Brasil, de maneira especial a perseguição, prisão, tortura e assassinato de membros da Igreja. O Jornal “O Popular”, após o falecimento de Dom Alano em 14 de dezembro de 1985, assim escreveu:

Por sua postura espiritualista e assistencial, Dom Alano foi sempre considerado um bispo conservador, embora contra ele nunca se tenha levantado qualquer crítica por obstar o avanço político da Igreja. Aliás, até pelo contrário, como homem culto e de espírito democrático, ele nunca transigiu com o arbítrio, violência e opressão. Por mais de uma vez os enfrentou de forma destemida, embora a seu modo: no início da década de 70 perambulou longamente na tentativa de localizar presos políticos sequestrados em Porto Nacional (Morre Dom Alano, bispo de Porto Nacional, 1985, p. 7).

Foi um homem solidário e de profunda compaixão, independente da postura ideológica do sofredor. Visitou e manteve correspondência com Manoelzinho Porfírio, um diocesano seu que, envolvido na política e filiado ao Partido Comunista foi preso na década de 1970. Dom Alano andou de prisão em prisão brigando com carcereiros para poder visitar e tentar libertar uma de suas diocesanas, a Profª. Dagmar Pereira, presa pela Ditadura Militar na porta da Cúria Diocesana em Porto Nacional e encarcerada em Goiânia, no início dos anos de 1970.

Foi um verdadeiro pai para os frades dominicanos presos acusados de comunistas e subversivos pela Ditadura Militar, em 1969, em São Paulo. De 1970 a 1972, apesar dos seus mais de 70 anos e dos quase 2000 km, visitou seus irmãos de hábito presos, mais ou menos umas seis vezes. A todos levou um testemunho de solidariedade e conforto.

Suas cartas manifestavam apoio, ternura paternal e solidariedade profética. Em 11 de janeiro de 1971, escreveu para o Frei Fernando de Brito, um dos frades presos pela Ditadura Militar:

O que quero vos dizer é o seguinte: o vosso testemunho é precioso. É uma interpelação da própria consciência de cada um de nós; uma intimação urgente, premente, para uma sincera revisão de vida, da nossa vida dominicana que tem que ser fiel as últimas exigências de nossa profissão... exigências que vos levaram aonde estais... Creia, frei Fernando, que faço profundamente minha a vossa provação, implorando ao Senhor Jesus, para cada um de vós, uma efusão cada vez mais abundante do Espírito das Bem Aventuranças... Bem aventurados os que tem fome e sede de justiça... os que sofrem

perseguição pelo Nome do Senhor (Du Noday, 11 de janeiro de 1973).

A pedido de Dom Alano, o Regional Centro-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apresentou seu apoio oficial aos dominicanos presos por meio de uma carta assinada por todos os bispos de Goiás, à época, incluindo Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso. Inclusive essa carta foi usada no processo de defesa. A influência de Dom Alano foi importantíssima para conseguir esse apoio.

Um detalhe da atitude de Dom Alano como resistência ao regime e como denúncia à injustiça de maneira vigorosa foi que, certa vez, foi convidado para uma festa de aniversário da Aeronáutica em Porto Nacional, se recusou participar e retirou-se de Porto Nacional, assintosamente: “Não posso aceitar de fazer festa com aqueles que torturam meus irmãos”, dizia Dom Alano (Escritos sobre Dom Alano, 1985).

As atitudes de solidariedade, compaixão, ternura e profetismo foram marcas do episcopado de Dom Alano desde sempre, mas na década de 1970, em razão de seu posicionamento ao lado dos pobres e perseguidos, tais atitudes marcaram seus irmãos de hábito, os frades dominicanos, o seu clero e seus diocesanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos investigar a perseguição aos bispos católicos durante a ditadura militar brasileira e seus impactos significativos nas relações entre Igreja e Estado. As conclusões extraídas desta análise ressaltam a coragem e a determinação dos líderes religiosos que enfrentaram ameaças, prisões e torturas em defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Ficou evidente que os bispos católicos desempenharam um papel crucial na resistência ao regime autoritário que os considerava subversivos. No entanto, denunciando as arbitrariedades cometidas pelas forças de segurança e defendendo os mais vulneráveis, suas ações demonstraram um compromisso ético inabalável, inspirando movimentos sociais e fortalecendo a luta pela democratização do país, como verdadeiras testemunhas de um reino de justiça e de paz.

A perseguição aos bispos católicos durante a ditadura militar destacou a importância da liberdade religiosa e da separação entre Estado e Igreja. O cerceamento da atuação pastoral e o monitoramento das atividades eclesiais revelaram a fragilidade das instituições sob um regime autoritário. Apesar da ação pastoral católica ter se fortalecido, na maioria das situações, uma ditadura sempre impõe condições arbitrárias, violência, concentração absoluta de poder, censura e subversão da ordem política existente, valorizando o excepcional e o ilegítimo.

É fundamental compreender a importância histórica desse período para o tempo presente. A memória das violações cometidas durante a ditadura militar serve como um lembrete dos perigos do autoritarismo e da necessidade contínua de defender os direitos humanos e a democracia. A análise desses eventos históricos nos ajuda a

BRESSANIN, C. E. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de.

compreender melhor os desafios enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea e a fortalecer os esforços em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Compreender a perseguição aos bispos católicos durante a ditadura militar não apenas honra a memória dos que lutaram por justiça, mas também nos capacita a enfrentar os desafios atuais em defesa dos direitos fundamentais e do Estado democrático de direito. Essa reflexão histórica é essencial para construir um futuro em que a dignidade humana e a liberdade sejam verdadeiramente valorizadas e protegidas.

Este texto não coloca um ponto final em debates singulares na sociedade brasileira atual. A polarização existente, fruto das searas políticas dos últimos anos, encontra na Igreja Católica, em alguns de seus bispos, e em outras Igrejas Cristãs, um discurso que corrobora com o ódio e a divisão, com a desvalorização da dignidade humana e de uma sociedade ética e justa, com o risco de ruptura com a democracia e com o negacionismo. Paradoxo? Sem dúvida. Por isso, democratizar o acesso ao conhecimento histórico produzido por historiadores, e disseminá-lo em todos os meios, produz consciência histórica e o exercício da cidadania e da democracia.

Artigo recebido em: 15/04/2024

Aprovado para publicação em: 24/07/2024

SUBVERSIVES TO THE REGIME OR WITNESSES TO THE KINGDOM? CATHOLIC BISHOPS AND THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP

ABSTRACT: This article aims to analyze and problematize the persecution of Catholic bishops during the military dictatorship, between 1964 and 1985. Of a qualitative nature, it is a bibliographical research work based on writings and productions of researchers who studied a significant variety of historical sources. It seeks a better understanding of the complex dynamics between the Church and the State during the military dictatorship, highlighting the crucial role of Catholic bishops, considered by the dictatorial regime as subversive, but by the progressive wing of the Church and society, as agents of resistance, defense of human rights and witnesses of a kingdom of justice and peace.

KEYWORDS: Catholic Church; Brazilian State; Bishops; Military Dictatorship.

¿SUBVERSIVOS DEL RÉGIMEN O TESTIGOS DEL REINO? LOS OBISPOS CATÓLICOS Y LA DICTADURA MILITAR BRASILEÑA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar y problematizar la persecución de los obispos católicos durante la dictadura militar, entre 1964 y 1985. De carácter cualitativo, se trata de un trabajo de investigación bibliográfica basado en los escritos y producciones de investigadores que estudiaron una importante variedad de fuentes históricas. Buscamos una mejor comprensión de la compleja dinámica entre Iglesia y Estado durante la dictadura militar, destacando el papel crucial de los obispos católicos, considerados por el régimen dictatorial como

subversivos, pero por el ala progresista de la Iglesia y la sociedad, como agentes de resistencia. defensa de los derechos humanos y testigos de un reino de justicia y paz.

PALABRAS-CLAVE: Iglesia Católica; Estado Brasileño; Obispos; Dictadura Militar.

NOTAS

1 - A criação das CJP foi incentivada pelo Concílio Vaticano II, que convocava a Igreja a estudar e debater os problemas sociais que eram entraves à vida com dignidade - a sessão nacional da CJP havia sido criada em 1968. Essa entidade acabou por ocupar um papel político crucial na resistência brasileira, sobretudo na defesa dos direitos humanos: contando com uma ampla rede de atores sociais, os bispos trabalhavam, com cautela e discrição, junto a familiares de presos políticos, recebendo denúncias de todo o país (Kopanyshyn, 2016, p. 44).

2 – Padilha, Lulianelli, Buff e Cunha (2022) discutem na obra “As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã” a perseguição do Estado a evangélicos e resistência à ditadura militar bem como as violações de direitos humanos contra evangélicos nesse período.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. Metodistas e Ditadura Militar no Brasil: silêncios, contestação, ensino. **Mnemosine Revista**. Número Especial - Volume 5 – Jul/Dez 2014, p. 6-22.

AQUINO, M. Os direitos humanos nos planos de ação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): 1966-1986. **Anais do XVII Encontro Regional de História da Anpuh-PR**. Novembro de 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611944371_ARQUIVO_0dfd5a67934fd867b8925c94eb3c107d.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

BIANCHEZZI, C. Dom Afonso Nihues: Memórias da Rede de Proteção aos perseguidos pelo Regime Militar em Santa Catarina. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** V. 3, N. 2, Julho-Dezembro de 2012.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986. p. 382.

BORGES, R. **Betinho**: “A ditadura produziu miséria, fome”. *Jornal “O Popular”*, 03 de abril de 2023. Disponível em: <https://opopular.com.br/o-popular-85-anos/betinho-a-ditadura-produziu-miseria-fome-1.3015123>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRESSANIN, C. E. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de.

BRITO, A. S. **Fermento da Massa**: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982. Dissertação (Mestrado em História, Estado e Relações de Poder) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

CANCIAN, R. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CASALDÁLIGA, P. **Antologia Retirante – poemas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

CASTRO, M. de. **Dom Hélder**: Misticismo e Santidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONDINI, M. **Dom Hélder Câmara**: modelo de Esperança na Caminhada para a Paz e Justiça Social. Dissertação (Mestrado). Programa Pós-graduação em Ciências da Religião. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

DE SOUZA, N. Disputas e tensões entre a instituição católica em São Paulo e a ditadura militar. **Franciscanum**, 166, Vol. LVIII, 2016, p. 375-405.

DELLA CAVA, R. A Igreja e a abertura, 1974-1985. *In*: KRISCHKE, P; MAINWARING, S. (org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1996, p. 13-45.

DOIMO, A. M. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DREIFUSS, R. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DU NODAY, A. M. **Carta a Frei Fernando de Brito**. Porto Nacional, 11 de janeiro de 1971.

DUARTE, T. M. **Se as paredes da Catedral falassem**: a arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996.

ESCRITOS SOBRE DOM ALANO, dezembro de 1985. **Arquivo da Província Dominicana Bartolomeu de Las Casas Do Brasil**. Pasta Sobre Porto Nacional – Armário H, GAVETA 2.

FREIRE, E. de A. **Dom Helder Câmara**: igreja e imprensa durante a ditadura militar. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. USP, 2020.

GOMES, A. de S. **Religião e política**: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

KOPANYSHYN, E. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2015. São Carlos: UFSCar, 2016. 130 p.

MIGOTTO, C. J. **A poesia de dom Pedro Casaldáliga: doadora de sentido libertador.** Dissertação (Mestrado). Ciências da Religião. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

MORRE DOM ALANO, o bispo de Porto Nacional. **Jornal "O Popular"**, edição de 17 de dezembro de 1985, p. 7.

NUNES, A. A. G. **Campanha da Fraternidade: uma política da Igreja Católica para o Brasil.** Campinas, SP: [s.e.], 2021.

OLIVEIRA, J. M. Carta sobre a prisão do Pe. Emílio Rubens Chasseraux. Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André, 1970. *In*: SOBRINHO, Felipe Cosme Damião. O Bispo e a Ditadura: Dom Jorge Marcos, Bispo De Santo André. **Revista Cordis.** Dossiê - Existências e Resistências: História, Cultura e Sensibilidades, São Paulo, Vol. 1, nº 28, 2023.

OS INIMIGOS DE BATINA. **Secom UFG**, Goiânia, 02 abril de 2014. Clipping abril 2014. Disponível em: <https://secom.ufg.br/n/68489-os-inimigos-de-batina#:~:text=H%C3%A9lder%20C%C3%A2mara%2C%20uma%20das%20principais,da%20capital%2C%20em%20suas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PADILHA, A; IULIANELLI, J. A.; BUFF, L.; CUNHA, M. **As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã.** São Paulo: Alameda, 2022.

PEREIRA, J. C. Dom Tomás Balduino: Uma travessia de sonhos, fé, lutas e esperanças. **Travessia** - Revista Do Migrante, (73), 2013, 103–104. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i73.136>.

SALEM, H. Dos palácios à miséria da periferia. *In*: SALEM, H (Org.). **A Igreja dos Oprimidos.** Col. Brasil Hoje, nº 3. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981, p. 33.

SANTOS, B. D. Resenha: Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, jan./jun. 2018, p. 207, 2010.

SIQUEIRA, N. V.; QUADROS, E. G.; PURIFICAÇÃO; M. M. A ação dos Bispos Católicos na defesa dos direitos humanos na ditadura militar no Brasil. **Reflexus**, ano XVI, nº 2, 2022, p. 355-376.

BRESSANIN, C. E. F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de.

SOBRINHO, F. C. D. O Bispo e a Ditadura: Dom Jorge Marcos, Bispo De Santo André. **Revista Cordis**. Dossiê - Existências e Resistências: História, Cultura e Sensibilidades, São Paulo, Vol. 1, nº 28, 2023.

SOUZA, J. J. V. de. D. Waldyr Calheiros Novaes e a construção de um discurso teológico-político no enfrentamento com a Ditadura. //: NEDER, G.; NAZARETH, F. B. F. de (organizadoras). **“Questão religiosa”, poder e secularização**: homenagem a Gisálio Cerqueira Filho (53 anos de magistério). Niterói, RJ: EdPPGH, 2016.

SUESS, P. **Memória – Militância - Missão**. Enviado para incomodar: Tomás Balduino. 05 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/530941-memoria-militancia-missao-enviado-para-incomodar-tomas-balduino>. Acesso em: 08 abr. 2024.

WETSCH, R. E. A luta contra a ditadura civil-militar a partir da prática da não-violência ativa. **Interações**, v. 9, n. 15, p. 7-28, 04 set. 2014.

CÉSAR EVANGELISTA FERNANDES BRESSANIN: Doutor em Educação (PUC/GO). Mestre em História (PUC/GO). Docente do Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHISPAM) da UFT. Técnico em Assuntos Educacionais na UFT. Vice-líder do Diretório de Pesquisa “Educação, História, Cultura e Memória em diferentes espaços sociais” / HISTEDBR PUC/GO.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1221-2353>
E-mail: kaeserevangelista@gmail.com

MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA: Doutora em História (UNB). Mestre em Educação (UNICAMP). Professora Adjunta dos Programas de Pós-graduação em Educação e em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Líder do Diretório de Pesquisa “Educação, História, Cultura e Memória em diferentes espaços sociais” / HISTEDBR PUC/GO.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2220-9932>
E-mail: zeneide.cma@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).